

Domingo, 11 de junho de 2023

Funasa: A recriação do que não precisava ter sido extinto

A Câmara dos Deputados aprovou a recriação da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) na semana passada, por meio de destaque ao texto-base da Medida Provisória (MP) que reestrutura a Esplanada dos Ministérios. A votação foi simbólica, após acordo fechado entre os líderes partidários, com o apoio do governo. O órgão havia sido excluído por uma medida provisória, mas os deputados decidiram aprovar um destaque a uma outra MP, da reestruturação ministerial, para que a Funasa não seja extinta.

O órgão já teve problemas no passado com o loteamento político e até o fim do governo de Jair Bolsonaro era dominado pelo PSD. Além do comando nacional, as superintendências regionais costumam ser escolhidas por indicações políticas. Além do PSD, alas de partidos como PP e União Brasil tinham interesse em retomar a estrutura. Na Câmara, o governo cedeu e liberou a base para votar como desejasse em relação à Funasa.

No entanto, em Março deste ano, servidores alegaram que regiões carentes do país ficariam desassistidas com a extinção do órgão. Apesar dos apontamentos da Controladoria Geral da União, a Funasa é responsável pela construção de redes de água e esgoto nos rincões do país, fator fundamental para prevenção de doenças. Os servidores reclamaram da falta de diálogo e denunciaram estarem sendo retirados de seus locais de trabalho de forma açodada, como declarou a superintendente da Funasa em Pernambuco, Helena Magalhães.

É preciso lembrar um pouco da origem da Funasa e suas atribuições. A Funasa é uma fundação pública federal vinculada ao Ministério da Saúde. Foi criada em 1991, a partir da fusão da Fundação Serviços de Saúde Pública (Fsesp), da Superintendência de Campanhas de Saúde Pública (Sucam) e outras entidades.

A Fsesp e a Sucam trabalhavam na prevenção e combate a doenças, na educação em saúde e na atenção à saúde de pessoas em situação de vulnerabilidade social, principalmente nas regiões Norte e Nordeste do país. Também atuavam no saneamento básico, no controle de endemias e em pesquisas científicas e tecnológicas.

A partir da fusão, a Funasa deu continuidade às ações que eram desempenhadas pelos demais órgãos. Além disso, exerceu importante papel na reforma sanitária desenvolvida pelo ministério e na implementação e ampliação do Sistema Único de Saúde (SUS). A partir de 2016, no governo Michel Temer (MDB), o órgão passou a promover o fomento em soluções para o saneamento básico na prevenção e controle de doenças. Passou a formular ações de promoção à saúde a partir de decisões estabelecidas pelo Subsistema Nacional de Vigilância em Saúde Ambiental.

Mas, quais eram os problemas que a fizeram ser extinta no governo Lula? A autarquia tinha sua atuação concentrada em municípios de pequeno e médio porte, sendo abrigo tradicional de indicações políticas de partidos de centro. Durante sua extinção, o governo Lula avaliou que a fundação ficou obsoleta e inoperante, sendo um centro de denúncias de corrupção.

A questão é que apenas extinguir o órgão não deveria ser a solução definitiva. Apesar de apresentar alguns problemas, a Funasa sempre se mostrou um órgão essencial. Tanto que ainda em Janeiro os servidores da Funasa enviaram ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ministros e Congresso um manifesto contra a Medida Provisória que extinguiu o órgão e transferiu as atribuições para os ministérios das Cidades e da Saúde.

Os servidores afirmaram que a problemática social e ambiental são indissociáveis, e demandam a necessária adoção de políticas, como reestruturação dos sistemas de gestão e planejamento, a implementação de programas conjuntos regionalizados, que possibilitam a participação comunitária, e amplia a consciência e responsabilidade ecológica com impactos efetivos sobre a vida e saúde das populações-alvo da Fundação.

O Sindsprev-PE acredita que a Funasa possui um papel muito importante em alavancar as ações de saúde e saneamento de forma sustentável e não dissociadas, e assim assessorar estados e municípios na definição de modelos mais eficientes de gestão, estimulando a adoção de formas mais autônomas e avançadas, reduzindo as desigualdades de acesso aos serviços básicos de assistência.